

Deputado pede esclarecimento

Brasília — O deputado Ralph Biasi (PMDB-SP) deverá apresentar-se hoje, à Comissão de Economia da Câmara dos Deputados, requerimento ao Banco Central solicitando informações e esclarecimentos oficiais sobre as comissões irregulares cobradas pelos bancos estrangeiros nas operações de refinanciamento da dívida externa brasileira.

O parlamentar paulista refuta, com veemência, interpretações do Banco Central, segundo as quais as comissões extras pagas em dólares eram claramente ilegais. "Também as taxas adicionais pagas em cruzeiros eram ilegais. Se fossem legais, seriam fixadas nos contratos de empréstimo, o que não acontecia. Não adianta tapar o sol com a peneira", afirma ele.

Ralph Biasi está disposto a ir até o fim na tentativa de apurar as irregularidades através da Comissão de Economia da Câmara. Se os esclarecimentos do Banco Central não forem satisfatórios, pretende apresentar novos requerimentos de informações e, se for preciso, irá convocar o presidente do Banco Central, Fernão Bracher, para depor na comissão.

Segundo as denúncias recebidas por Biasi, uma das formas mais freqüentes de pagamento das comissões era através de empresas de prestação de serviços ligadas aos bancos emprestadores. "O Banco Central poderá examinar as firmas de prestação de serviço ligadas aos bancos", sugere ele.

"Os bancos remetiam às matrizes os recursos referentes à cobrança das comissões por fora. E muitas empregavam o dinheiro na compra de imóveis no país", acrescenta ele.

Em São Paulo, a diretoria da CESP — Companhia Energética de São Paulo — garantiu, ontem, que as operações de empréstimos externos realizadas pela empresa foram concretizadas "estritamente dentro das condições financeiras aprovadas pelo Banco Central, não tendo a CESP, portanto, pago qualquer comissão ou taxa além daquelas permitidas pelas autoridades competentes".

A Diretoria da Dersa-Desenvolvimento Rodoviário de São Paulo S.A. desmentiu ontem que tenha pagado taxas por fora numa operação de repasse interno de um financiamento de 35 milhões de dólares contraído em outubro de 1985 junto ao Banque Wobis (frances), conforme denúncia feita pelo JORNAL DO BRASIL. "A Dersa não paga e nunca pagou comissões 'por fora', até porque seria muito difícil justificar a saída de recursos para tais fins numa empresa pública", argumentou Nelson Prado Alves Pinto, diretor financeiro da empresa.